

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, novembro de 2018, número 131. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**A luta pela/na terra em tempos de instabilidade institucional: o Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio - MG**

### ARTIGO DO MÊS

**Os conflitos agrários na Amazônia norte mato-grossense: proteção e degradação socioambiental, resistências e diálogos**

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

### EVENTOS

**I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Socioterritoriais**

UNESP/Sé – São Paulo, 28 a 31 de janeiro de 2019.

**XVII Encontro de Geógrafos da América Latina –EGAL 2019**

PUCE/Quito – Ecuador, 9 a 13 de abril de 2019.

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Okara: Geografia em debate.**  
Vol. 12, N. 2 (2018) Dossiê  
Michel Temer e a Questão Agrária

Orgs: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, PPGG/UFPB. Seu propósito é fomentar o debate entre pesquisadores, especialistas, professores, pós-graduandos e profissionais que trabalham na Geografia. Tem por objetivo divulgar pesquisas e experiências que contribuam para o conhecimento teórico e prático da Geografia.  
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/issue/view/2129/showToc>.



**De Olho nos Ruralistas**  
Realização: De Olho nos Ruralistas.

De Olho nos Ruralistas é um observatório jornalístico sobre o agronegócio no Brasil. Em foco, os impactos sociais e ambientais e o poder político e econômico dos ruralistas. A produção do portal e dos boletins diários (sobre Ambiente, Agronegócio, Comida e Conflitos) é mantida pelos assinantes. Para ver: <https://deolhonosruralistas.com.br/>



**PodCast Unesp – Pod Territorial.**  
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

### EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## **A LUTA PELA/NA TERRA EM TEMPOS DE INSTABILIDADE INSTITUCIONAL: O ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE, EM CAMPO DO MEIO - MG<sup>1</sup>**

### **Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal)

[estevan.coca@unifal-mg.edu.br](mailto:estevan.coca@unifal-mg.edu.br)

### **Flamarion Dutra Alves**

Docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal)

[dutrasm@yahoo.com.br](mailto:dutrasm@yahoo.com.br)

### **Rodrigo José Pisani**

Docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal)

[pisanigeo@gmail.com](mailto:pisanigeo@gmail.com)

### **Henrique do Prado Samsonas**

Engenheiro Florestal

[henriqueflorestal@yahoo.com.br](mailto:henriqueflorestal@yahoo.com.br)

### **Felipe Borba Fernandes**

Discente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal)

[feeborba@gmail.com](mailto:feeborba@gmail.com)

### **Santos Aparecido Barbosa de Souza Júnior**

Discente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal)

[santoosjunior@hotmail.com](mailto:santoosjunior@hotmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

Desde o período de redemocratização, em meados da década de 1980, a reforma agrária brasileira tem se desencadeado principalmente como uma reação do Poder Público à pressão dos movimentos socioterritoriais que possuem como principal tática de luta as ocupações de terra (FERNANDES, 2000). Especialmente durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), grande parte dos assentamentos rurais implementados pelo Governo Federal teve como origem ocupações de terras onde a função social não era observada conforme o previsto na Constituição Federal de 1988 (COCA, 2016). Contudo, desde o golpe parlamento-jurídico-midiático contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016, e a consequente instabilidade institucional instaurada, tem ocorrido um massivo processo de criminalização das principais expressões das lutas sociais no campo e na cidade, o que favorece a reprodução das históricas desigualdades que caracterizam a população brasileira de modo multidimensional (econômica, política, ambiental e culturalmente, por exemplo). No que se refere ao campo, isso tem produzido um ainda maior favorecimento da aliança fundada no par latifúndio/agronegócio – uma dos principais fiadoras do golpe contra Dilma Rousseff (LERRER; CARTER, 2017) – impedindo questionamentos ao seu caráter excludente e assim, contribuindo para que o Brasil se mantenha como detentor de uma das mais expressivas concentrações fundiárias do mundo (OXFAM, 2016). Como parte disso, ao mesmo tempo em que se constata um refluxo no número de ocupações de terras, movimentos socioterritoriais e famílias envolvidos (REDE DATALUTA, 2017), também são adotadas diversas medidas

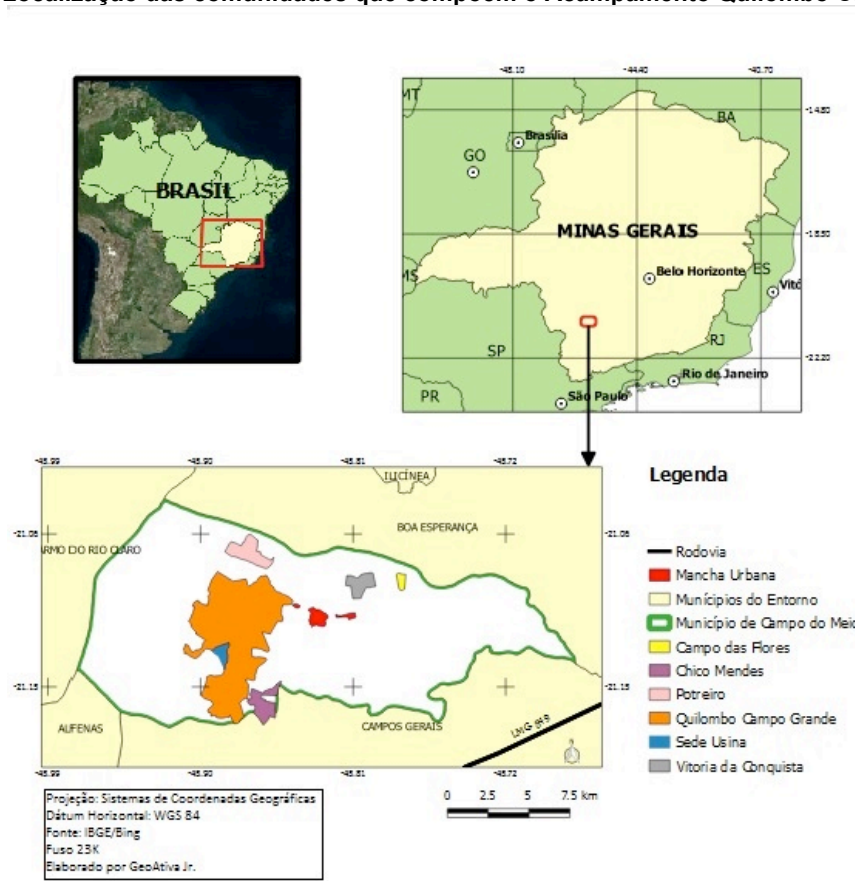
---

<sup>1</sup> Para o desenvolvimento desse trabalho foi de grande valia a contribuição, por meio da elaboração de cartogramas, da Empresa Júnior GeoAtiva, vinculada ao curso de Bacharelado em Geografia, da Universidade Federal de Alfenas (Unifal).

jurídico/políticas para desestimular a permanência na terra por parte de camponeses acampados, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Considerando esse contexto, nesse pequeno artigo damos relevo a um dos principais tensionamentos do campo brasileiro na atualidade: a ofensiva jurídica, atendendo a uma demanda do latifúndio/agronegócio regional, contra o Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais (Figura 01).

**Figura 01 – Localização das comunidades que compõem o Acampamento Quilombo Campo Grande**



O Acampamento Quilombo Campo Grande foi formado em 1998 por meio de uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de cerca de 3.600 ha de terras da falida Usina Ariadnópolis, pertencente à Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAPIA). Atualmente, vivem no acampamento Quilombo Campo Grande 462 famílias (cerca de 2.030 pessoas) que se dedicam a diversas atividades produtivas com destaque para as que possuem caráter agroecológico. Dividimos o texto em duas partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira retomamos alguns dos principais motivadores para a formação do Acampamento Quilombo Campo Grande e na segunda problematizamos sua contribuição para o desenvolvimento regional, com foco na soberania alimentar.

## **DA FALÊNCIA DA USINA ARIADNÓPOLIS AO ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE**

Ao contrário de outras regiões do Sudeste brasileiro como o Pontal do Paranapanema (estado de São Paulo) e o Triângulo Mineiro (estado de Minas Gerais), a mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais não possui uma significativa presença de assentamentos rurais (REDE DATALUTA, 2017). Em parte, isso se explica pelo fato de que desde o final da década de 1960, tal a mesorregião tem sido alvo de massivos investimentos públicos e privados para o fortalecimento da cadeia do café (VALE; CALDERARO; FAGUNDES, 2014), envolvendo tanto grandes produtores como camponeses. São exceções dois assentamentos do município de Campo do Meio: o Primeiro do Sul, criado em 1997, onde vivem 47 famílias e o Nova Conquista II, criado em 2014, onde vivem 11 famílias. Como será destacado posteriormente, ambos possuem relação direta com o conflito abordado no presente trabalho. Nesse sentido, a formação do Acampamento Quilombo Campo Grande no ano de 1998 tem uma significativa importância não apenas econômica, política, social ou ambiental como também simbólica, pois é uma referência de que os efeitos perversos da Questão Agrária também estão presentes nessa parte de Minas Gerais.

Durante as décadas de 1970 e 1980 a Usina Ariadnópolis se destacou como um dos mais expressivos componentes econômicos do município de Campo do Meio. Em razão disso, a CAPIA era a principal fonte empregadora da população campo-meiense. Ocorre que o histórico da Usina Ariadnópolis é repleto de crimes trabalhistas e dívidas junto ao Poder Público, o que comprova que as injustiças trazidas por ela contra a população regional foram muito mais relevantes do que os benefícios. Conforme reportagem publicada por Rafaella Dotta (2017), do Portal Brasil de Fato, mesmo no período de auge da atividade canavieira, a falta perspectiva de trabalho da população local em outros locais que não a Usina Ariadnópolis fazia com que muitos se sujeitassem às condições de trabalho extremamente precárias que eram impostas pela empresa como elevadas jornadas diárias, ausência de instrumentos de proteção individual e transporte precário. Soma-se a isso o fato de que com a falência dessa empresa no ano de 1994, cerca de 400 ex-funcionários acionaram a Justiça alegando terem sido prejudicados por situações como: i) não pagamento das rescisão de contrato de trabalho e; ii) não recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante o período em que foram empregados.

No ano de 1995, esse conjunto de irregularidades motivou a ocorrência de uma greve geral de 100 dias por parte dos trabalhadores da Usina Ariadnópolis, os quais foram articulados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campo do Meio. Como parte das ações da greve geral foi ocupada a Fazenda Jatobá, também pertencente a CAPIA, resultando na criação do PA Primeiro do Sul por meio de processo desapropriatório (LUCAS; VALE, 2014).

Nesse ponto, vale lembrar que como destacado por Fernandes (2000), os assentamentos rurais são trunfos e triunfos da luta pela terra. São trunfos porque representam a conquista do território por parte dos camponeses, rompendo em parte com a hegemonia do capital sobre o campo. São triunfos porque representam referências para lutas futuras, de modo que o histórico de resistência das famílias sem-terra para que eles fossem conquistados serve como incentivo para aqueles que ainda não acessaram a terra. Sendo assim, motivados pelo exemplo do PA Primeiro do Sul e pela não resolução completa das

irregularidades envolvendo a CAPIA, no ano de 1998, cerca de 60 famílias do MST formaram o Acampamento Quilombo Campo Grande.

Desde então, essa área tem sido o cerne de uma intensa disputa judiciária envolvendo os camponeses acampados e a empresa CAPIA. Pova disso é que nos anos de 1998, 2005, 2007 e 2009 foram expedidos mandatos judiciais para que os acampados deixassem a terra, os quais foram cassados posteriormente. Ao mesmo tempo, com a intensificação da Questão Agrária na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais, um maior número de famílias tem se juntado aos acampados, de modo que atualmente elas se organizam nas seis comunidades representadas na Figura 01 onde vivem as cerca de 2030 pessoas do Acampamento Quilombo Campo Grande.

Ressalta-se ainda que, uma pequena parte das demandas por terra apresentadas pelas famílias acampadas foi atendida em 2014, quando foi criado o assentamento Nova Conquista II. Nesse caso, as dívidas da CAPIA levaram à transferência de 300 ha da fazenda onde estava instalada a Usina Ariadnópolis para o Patrimônio da União, que posteriormente os repassou para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela oficialização do assentamento rural.

Todavia, as 462 famílias que compõem o Acampamento Quilombo Campo Grande ainda não foram atendidas com o acesso legal à terra. Mesmo que boa parte delas esteja na terra há mais de 20 anos, a posse ainda não foi regularizada com a criação do assentamento rural. Pior ainda, no dia 07 de novembro de 2018, em julgamento realizado sob forte aparato policial, o Juiz Walter Zwicker Esbaille Junior decidiu pelo despejo das famílias acampadas<sup>2</sup>.

Contudo, como destacamos na parte inicial desse trabalho, as recentes decisões judiciais envolvendo as lutas sociais no campo e na cidade do Brasil contemporâneo devem ser lidas com base na instabilidade institucional que caracteriza o país na atualidade, fato que ao mesmo tempo coloca em risco alguns direitos humanos fundamentais – como é o caso da dignidade das famílias acampadas – e também favorece os interesses de alguns dos setores que patrocinaram o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, no caso em questão o par latifúndio-agronegócio.

Com base nesse contexto, defende-se nesse trabalho a importância de situar a relação do espaço produtivo dos acampados com algumas das principais dinâmicas regionais, especialmente a promoção da soberania alimentar. Desse modo, a discussão é pautada na dinâmica da luta de classes e da disputa por modelos de desenvolvimento para o campo.

## **O ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA SOBERANIA ALIMENTAR**

Como ressaltado no tópico anterior, a ocupação das terras da Usina Ariadnópolis pelo MST dando origem aos assentamentos Primeiro do Sul e Nova Conquista II, além da formação do Acampamento Quilombo Campo Grande, representou um importante marco na disputa pela orientação do modelo de desenvolvimento para o campo na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais, especialmente no que se refere ao município de Campo do Meio. O modelo monocultor da cana-de-açúcar, implementado pela CAPIA e responsável por diversos passivos trabalhistas foi substituído pelo modelo familiar, baseado na

---

<sup>2</sup> Até o final desse trabalho o despejo ainda não tinha sido efetivado.  
Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

produção em pequena escala e no desenvolvimento de práticas de base agroecológica. Evidentemente, os impactos dessa mudança vão além da área da falida Usina Ariadnópolis, repercutindo em toda a escala regional. Isso não é exclusividade do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, pois trabalhos como os de Leal (2003), Mazzini (2007), Lindner e Medeiros (2015) e Coca (2015) destacaram em diferentes partes do Brasil que a implementação de assentamentos rurais é acompanhada de mudanças multidimensionais de caráter positivo em toda escala regional.

Tal fato deve ser lido com base nas contribuições que a agricultura camponesa pode oferecer para a mitigação ou superação de algumas das maiores crises que caracterizam o capitalismo neoliberal hodierno, quais sejam: climática, energética e alimentar (HOUTART, 2010; RIBOT, 2013; SAGE, 2012). A capacidade de resiliência do modo camponês de fazer agricultura (BALDWIN; SMITH; JACOBSON, 2017), o uso de estratégias que consideram de modo complexo e dinâmico todo o seu ecossistema produtivo (HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013), a geração de rendas visíveis e invisíveis (Van der PLOEG, 2016) e a oferta de alimentos preferencialmente na escala local (GRAEUB et al., 2015) são fatores que comprovam algumas das contribuições multidimensionais ofertadas pela produção de base familiar.

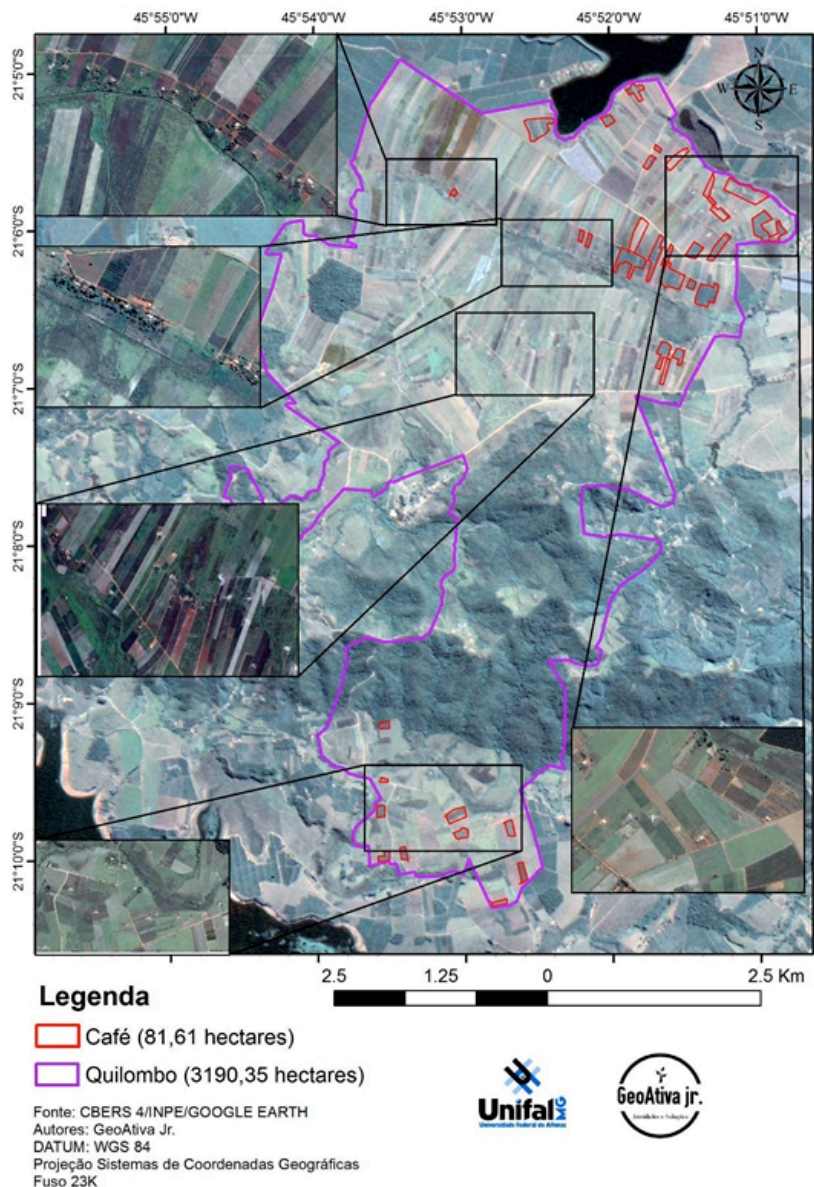
Nesse sentido, chama a atenção o fato de que as comunidades que compõem o Acampamento Quilombo Campo Grande têm desenvolvido uma considerável produtividade. Todavia, ao contrário do que ocorria no modelo capitalista da Usina Ariadnópolis se destacam agora a policultura e a busca pela sustentabilidade. Conforme o laudo produtivo realizado pela Secretaria do Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA – Regional Alfenas) (2018), por exemplo, constam no Acampamento Quilombo Campo Grande 1.090 ha de milho plantado para consumo nas necessidades familiares, 1.275 cabeças de gado bovino e 24.674 cabeças de suíno. Também constam hortaliças, cereais, frutas, fitoterápicos, leite e derivados, produtos processados como doces e geleias. Entretanto, o destaque é a produção de café, sendo que no mesmo levantamento realizado pela SEDA – Regional Alfenas (2018), constam na área 1.832.103 pés de café, ocupando 550 ha. Parte dessa produção pode ser observa no Mapa 01<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A resolução dessa imagem não possibilita a visualização dos pés de café com menos de 2 anos.  
Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)



**Mapa 01 – Áreas com produção de café do Acampamento Quilombo Campo Grande – 2018**



Ao contrário da maior parte da produção de café na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas Gerais que se dá em caráter convencional, destaca-se dentre os acampados do Quilombo Campo Grande o desenvolvimento de métodos agroecológicos. Sobre isso, vale ressaltar que o MST de Campo do Meio, por meio da Cooperativa Camponesa, tem comercializado com relativo sucesso o café do selo Guaiú que possui toda sua linha classificada como agroecológica ou em transição.

Com base nesses elementos é que entendemos o Acampamento Quilombo Campo Grande como um importante componente do desenvolvimento e da soberania alimentar na escala regional. Num contexto em que tem se exacerbado a ofensiva do capital pela via jurídica contra as famílias acampadas, faz-se mister enfatizar com base nas terras da falida Usina Ariadnópolis, os diferentes impactos causados pelos modelos do par latifúndio-agronegócio e do campesinato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contextos de instabilidade institucional como o presente, alguns preceitos básicos das sociedades que visam orientar-se pela via democrática são deixados de lado. A criminalização das lutas sociais no campo e na cidade corrobora a adoção de medidas políticas, policiais e jurídicas que atendem de modo direto aos interesses dos grupos hegemônicos. No caso do campo brasileiro isso tem contribuído para a manutenção do *status quo* em favor do modelo latifúndio-agronegócio. Em razão disso, as ocupações, enquanto táticas de luta, deixam de ser consideradas como medidas legais no questionamento do não cumprimento da função social da terra. Isso dificulta/impede a ocorrência de novas ocupações e ao mesmo tempo enfraquece a luta dos acampados, haja vista que a criação de assentamentos rurais por meio da desapropriação tem sido cada vez menos comum no Brasil.

O Acampamento Quilombo Campo Grande pode ser tomado como exemplo dessa assertiva, na medida em que mesmo apresentando alta produtividade, empregabilidade e sustentabilidade, as famílias acampadas estão em vias de serem desalojadas.

## REFERÊNCIAS

BALDWIN, C.; SMITH, T.; JACOBSON, C. **Love of the land**: social-ecological connectivity of rural landholders. *Journal of Rural Studies*, Aberystwyth, v. 51, p. 37–52, 2017.

COCA, E. L. F. Identidade dos camponeses assentados no território Cantuquiriguaçu, Paraná-Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 77–88, 2015.

COCA, E. L. F. Conflitos pela terra e reforma agrária no Brasil: uma análise por períodos de governo desde a redemocratização. In: LOMBA, R. M. et al. (Eds.). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento**: algumas reflexões sobre o campo amapaense. Macapá: UNIFAP, 2016. p. 17–56.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**: Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAEUB, B. E. et al. **The State of Family Farms in the World**. *World Development*, Ann Arbor, v. xx, 2015.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; ALTIERI, M. A. Agroecology, food sovereignty, and the new green revolution. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, Santa Cruz, v. 37, n. 1, p. 90–102, 2013.

HOUTART, F. **Agroenergia**: solução para o clima ou saída da crise para o capital? São Paulo: Vozes, 2010.

LEAL, G. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio - SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unesp, Presidente Prudente.

LERRER, D.; CARTER, M. “Consenso de commodities”: semeando o conservadorismo político e desdemocratizando o Brasil? 41 Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...Caxambu**: ANPOCS, 2017.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V. Transformações sócio territoriais na Região Metropolitana de Porto Alegre: a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, Edição Especial I-XXIII ENGA, p. 79–94, 2015.

LUCAS, K. S.; VALE, A. R. DO. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 18, n. 1, p. 7–22, 2014.



MAZZINI, E. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unesp, Presidente Prudente.

OXFAM. **Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina.** Boston, 2016.

RAFAELLA DOTTA. **Sul de Minas: Área do MST emprega 80% mais que fazenda de café | Brasil de Fato.** Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/11/30/sul-de-minas-area-do-mst-emprega-80-mais-que-fazenda-de-cafe/>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

REDE DATALUTA. **Relatório Brasil 2016.** 2016.

RIBOT, J. Risk and blame in the anthropocene: multi-scale climate change analysis. In: **Food sovereignty: a critical dialogue** (International Conference): Anais... New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), The Journal of Peasant Studies, 2013.

SAGE, C. **Environment and food.** New York: Routledge, 2012.

SECRETARIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEDA - REGIONAL ALFENAS). **Lauda Socioeconômico e produtivo das comunidades rurais da área da Capia, Campo do Meio - MG.** Alfenas, 2018.

VALE, A. R. DO; CALDERARO, R. A. P.; FAGUNDES, F. N. A cafeicultura em Minas Gerais: estudo compartilhado entre as regiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste. **Campo-território**, Uberlândia, n. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1–23, 2014.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura.** São Paulo/Porto Alegre: EdUNESP/Editora UFRGS, 2016.